

É com imensa satisfação que lançamos a quinta edição da *Juris Rationis*. Mas antes de anunciarmos a nova Revista, cabe comunicarmos a saída do Professor José Albenes Junior como Editor da Revista, e o ingresso da Professora Grazielly dos Anjos Fontes. Cabe ainda registrar o progresso acadêmico como motivação da saída do nosso Ilustre Professor que tanto contribuiu para o renascimento da Revista, e que continuará compondo o quadro de colaborador do Conselho Editorial.

Passando para a nossa quinta edição, agradecemos, desde já, a participação, colaboração, dedicação e, sobretudo, o sucesso da consolidação da Revista e todas as edições anteriores. Acusamos o recebimento de artigos de excelência, elevando o padrão da nossa Revista.

Temos a satisfação de apresentar a quinta edição da REVISTA JURIS RATIONIS, instrumento próprio para a divulgação de pesquisa científica nacional e internacional realizada no âmbito do Programa de Direito. A presente edição, reunindo textos relevantes, foi planejada para festejar esse acontecimento, e além disto, para gravar de forma indelével o compromisso com a qualidade da pesquisa.

O primeiro artigo do espaço *Juris Rationis* é “CIDADANIA E PODER LOCAL: CARACTERIZAÇÃO E NOVOS DESAFIOS”, de Janáina Rigo Santin e Francisco Soliman, em que os autores analisam o sentido do conceito de cidadania em face da evolução do Estado Moderno, apresentando a existência de um déficit democrático, decorrente do desleixo em relação à questão da cidadania o que provoca uma série de gravames sociais.

O Segundo artigo é de autoria de Wallton Pereira de Souza Paiva, sob o título “A FUNÇÃO IDEOLÓGICA DO BEM JURÍDICO PENAL”, este artigo argumenta que, por serem eleitos segundo critérios fundamentadores de condutas a serem cristalizadas no ordenamento jurídico, os bens jurídicos irão exercer um importante papel na transmissão da ideologia do ordenamento jurídico brasileiro.

O terceiro artigo “ESTATUTO DO DESARMAMENTO E A SUA EFICÁCIA NO TOCANTE A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO PAÍS”, de José Roberto Melges Nascimento Filho e Flávio Roberto Pessoa de Moraes, busca analisar se com o Estatuto do Desarmamento tem sido eficaz quanto à proposta de redução da violência no país, uma análise quantitativo e qualitativo.

Destacamos o quarto artigo “A TEORIA GERAL DO ESTADO E A PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL: DO POLIZEISTAAT AO ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO DE DIREITO.”, de Ângelo José Menezes Silvino, o presente trabalho visa sob o prisma do

Ordenamento jurídico, Teoria Geral do Estado e Teoria Geral dos Princípios relacionar o ordenamento jurídico, sua legitimidade e a principiologia constitucional com os fundamentos do Estado Constitucional Democrático de Direito.

No quinto artigo, Rafaela Farias Viana, sob o título de “NEOCONSTITUCIONALISMO SOBRE O ENFOQUE DA JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: ALGUMAS PONDERAÇÕES À EXIGIBILIDADE JUDICIAL.”, o presente trabalho almeja demonstrar a influência da transformação do direito constitucional contemporâneo na efetivação do direito fundamental à saúde no Brasil.

O sexto artigo tem como título “O EFEITO ERGA OMNES DA COISA JULGADA, NO PROCESSO COLETIVO, ENQUANTO INSTITUTO PROCESSUAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS”, de Jardiel Oliveira da Silva. Segundo o autor, o presente trabalho o presente artigo científico abordará o instituto da coisa julgada e seu papel fundamental na proteção aos direitos individuais homogêneos sob a perspectiva do processo coletivo.

E por último no espaço VERBUM, com o sétimo artigo “CONCORRÊNCIA NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: ANÁLISE DO NOVO MODELO REGULATÓRIO PARA ÁREAS DO PRÉ-SAL”, de Sânzia Mirelly Guedes. Segundo a autora, o novo cenário petrolífero brasileiro, baixo risco exploratório, surpreende os mercados econômicos, e o novo marco regulatório cria uma nova expectativa para a área principalmente para o setor social. Trata-se de um desafio para a comunidade jurídica nacional.

Nesse sentido, reforçamos a importância e a necessidade de incentivo aos estudantes iniciantes. O espaço Verbum é destinado aos alunos que estão iniciando suas pesquisas no espaço acadêmico. É uma oportunidade de incentivá-los a buscar a pesquisa como meio de desenvolvimento acadêmico. Contamos com mais textos no espaço VERBUM da sexta edição.

Quanto aos artigos dos profissionais do direito, reiteramos a importância da revista para fins de divulgação dos estudos avançados em matéria de direito.

Acreditamos na propagação do conhecimento por este mecanismo tão abrangente, possibilitando a integração entre as mais diversas áreas do direito, Constitucional, Penal, Petróleo, Processo, Civil, entre outros.

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus trabalhos para a Revista, bem como aos membros do Conselho Científico pela preciosa colaboração na avaliação dos textos.

Excelente leitura.

Grazielly dos Anjos Fontes | Editora